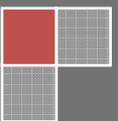


PAC
2020

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS

CERSAD

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA SALTO DONNER - CERSAD



Sumário:

Relatório da Administração	5
Carta do Presidente	6
Distribuição de energia elétrica.....	8
Gestão.....	11
Permissionária em Números	12
Agradecimentos.....	13
Balanço Patrimonial.....	13
Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.....	14
Demonstração do resultado abrangente	15
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido – DMPL.....	15
Demonstração do fluxo de caixa – DFC	16
Notas Explicativas Regulatórias	17
1. Setor Elétrico no Brasil.....	17
2. Contexto Operacional e Permissão	17
2.1 Coronavírus (“COVID-19”)	18
3. Bases de elabora�o e apresenta�o das demonstra�es contábeis	18
4. Principais Práticas Contábeis	19
4.1 Práticas Contábeis gerais.....	19
4.2 Principais Práticas Contábeis Regulatórias.....	22
5. Caixa e Equivalentes de caixa	23
6. Contas a Receber de consumidores e outros	23
6.1 Composi�o do contas a Receber.....	23
6.2 Provisões para Créditos de Liquida�o Duvidosa	24
7. Impostos e Contribui�es Sociais	24
8. Investimentos	24
9. Imobilizado	24
10. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais (Incluem valores de curto e longo prazo).....	29
11. Imposta de Renda e Contribui�o Social	29
12. Provisão para contingências	29

13. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.....	29
14. Patrimônio Líquido	30
15. Receita Operacional.....	31
16. Pessoal e Administradores.....	31
17. Reajuste Tarifário.....	31
18. Transações com partes relacionadas.....	32
19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	32
Parecer do Conselho Fiscal	34
Parecer dos Auditores Independentes	35
Balanco Patrimonial.....	37
Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.....	38
Demonstração do resultado abrangente	39
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido – DMPL.....	39
Demonstração do fluxo de caixa – DFC.....	40
Notas Explicativas Societárias.....	41
1. Setor Elétrico no Brasil.....	41
2. Contexto Operacional e Permissão	41
2.1 Coron�v�rus (“COVID-19”)	42
3. Bases de elabora�o e apresenta�o das demonstra�es contábeis	42
4. Principais Práticas Contábeis	43
4.1 Práticas Contábeis gerais.....	43
5. Caixa e equivalente de caixa.....	45
6. Contas a receber consumidores e outros.....	45
7. Investimentos	46
8. Intangível	46
9. Fornecedores	46
10. Folha de Pagamento	46
11. Outras Contas a Pagar	47
12. Patrimônio Líquido	47
13. Receita Operacional.....	48
14. Receita Operacional Líquida	48
15. Energia Comprada para Revenda	48
16. Dispêndios Operacionais	49

17. Receitas e Despesas Financeiras.....	49
18. Outras Receitas e Despesas	49
19. Tributação do Resultado do Exercício - Imposto de renda e contribuição social	50
20. Provisão para Contingências.....	50
21. Instrumentos financeiros.....	50
22. Cobertura de seguros	50
23. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário	51
Balanço – Regulatório x Societário	52
Demonstração do Resultado – Regulatório x Societário	53
Parecer do Conselho Fiscal Societário	54
Parecer dos Auditores Independentes	55
Atas	57

Demonstrações Regulatórias

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Cooperados,

A seguir, apresentamos o relatório das principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2020. Tais especificidades primam para uma melhor apresentação dos resultados aos sócios, autoridades e consumidores.

Em anexo estão as demonstrações contábeis elaboradas em concordância com a Legislação vigente, acrescidas da Demonstração do Valor Adicionado - DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, ferramentas de relevância para a divulgação do desempenho da Empresa Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica Salto Donner - CERSAD perante a sociedade, parceiros, investidores, órgão regulador e clientes.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Cooperativa regida pela Lei 5764/71.

Carta do Presidente

Em 2020, a palavra de ordem foi adaptação devido à pandemia, fez com que aprendêssemos ou pelo menos lembrássemos de que a saúde, e o bem estar, são o mais importante para as nossas vidas.

Apesar de todos os problemas e limitações causados pela pandemia da Covid-19, a nossa cooperativa continua cumprindo sua missão de levar energia elétrica para todos que estão em sua área de atuação, e continua contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico da nossa região. Também nos preocupamos com a transparência de nossas ações, com o meio ambiente ao qual estamos inseridos, sempre lembrando que o nosso maior objetivo é atender com qualidade e rapidez o nosso cooperado.

Agradeço o apoio e a parceria da nossa Diretoria, dos Conselhos Fiscais e de todos os colaboradores para que consigamos sempre melhorar a nossa Cooperativa. A cada um dos nossos cooperados, nosso agradecimento pela confiança.

Muito obrigado.

DIRETORIA

Presidente:

Claudio André Roeder

Vice Presidente:

Jonatan Borchardt

Secretária:

Silvia Spiess

CONSELHO FISCAL

Mario Borchardt

Rogério Vicente Demarchi

Maicon Draeger

SUPLENTES:

Roni Dalabrida

Cristiano Holdorf

Edson Bloedorn

Distribuição de energia elétrica

Distribuição: A Cooperativa CERSAD distribui energia elétrica em 02 municípios do Estado, atendendo a 1,3 mil consumidores cativos, instalados em sua área de permissão em Santa Catarina.

Ligação de Consumidores - Foram realizadas no ano, 48 novas ligações com destaque 39 da classe residencial.

Número de Consumidores

Consumidores	2016	2017	2018	2019	2020
Residencial	785	835	867	884	923
Industrial	54	51	50	52	55
Comercial	40	45	48	49	53
Rural	287	264	257	259	253
Poder Público	15	13	13	13	15
Iluminação Pública	2	2	2	2	2
Serviço Público	0	0	0	0	0
Consumo Próprio	0	0	0	0	0
Total	1.183	1.210	1.237	1.259	1.301
Variação	0,00%	2,28%	2,23%	1,78%	3,34%

Comportamento de mercado - O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da cooperativa em 2020 foi de 8.723 MWH, registrando um aumento de 1,86% em relação ao ano de 2019. O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi a classe: Residencial. Confira a seguir os resultados de consumo e sua avaliação no período.

Comportamento de Mercado

Mercado Atendido - MWH	2016	2017	2018	2019	2020
Energia Faturada	7.703	8.203	9.153	8.564	8.723
Residencial	1.867	1.993	2.106	2.183	2.312
Industrial	4.454	4.864	5.748	5.065	5.114
Comercial	149	149	148	153	139
Rural	959	922	866	880	885
Poder Público	57	52	57	50	35
Iluminação Pública	217	223	228	233	238
Serviço Público	0	0	0	0	0
Suprimento p/ agentes de distribuição	0	0	0	0	0
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres /Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	7.703	8.203	9.153	8.564	8.723
Variação		6,49%	11,58%	-6,44%	1,86%

Receita - A receita líquida decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício de 2020 importou em 5.093 Mil conforme quadro a seguir:

Receita líquida

Classe	2020	2019	%
Residencial	1.340	1.366	(1,90)
Industrial	3.163	3.354	(5,69)
Comercial	89	106	(16,04)
Rural	371	372	(0,27)
Poder Público	23	35	(34,29)
Iluminação Pública	107	100	7,00
Serviço Público	0	0	-
Total	5.093	5.333	(51,19)

Tarifa – A tarifa média de fornecimento de energia elétrica 2020 atingiu R\$416,04 por MWH.

Tarifa média de fornecimento

Classe	2019	2020	%
	R\$/MWH	R\$/MWH	
Residencial	486,56	461,58	(0,05)
Industrial	452,56	444,83	(0,02)
Comercial	486,64	461,68	(0,05)
Rural	343,88	351,27	0,02
Poder Público	486,00	460,76	(0,05)
Iluminação Pública	291,29	316,14	0,09
Serviço Público	0	0	-
Consumo Próprio	0	0	-
Média	424,49	416,04	(0,06)

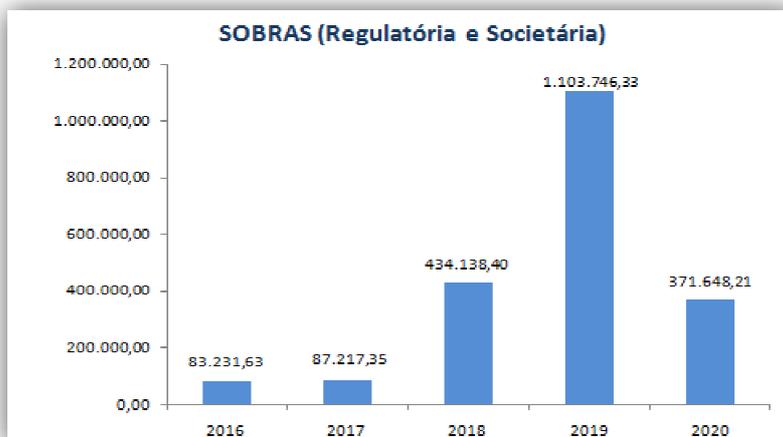
Qualidade de fornecimento – Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), A CERSAD passará a registrar os índices em 2021 conforme exigência da ANEEL, já que o contrato foi assinado em 11/2018 e em 2020 ainda a CERSAD ainda estava em período de adequação a legislação. Sendo assim, não existe registro destes índices para o ano de 2020.

Atendimento ao Consumidor - Dando seqüência ao processo de melhoria e modernização no atendimento ao consumidor, ampliamos nosso atendimento, disponibilizando canais como: telefone, internet, whatsapp, além do atendimento 24hrs com plantão, possibilitando ao cooperado/consumidor direcionar suas necessidades, além de obter respostas e um conhecimento ainda maior sobre as atividades desenvolvidas na Cooperativa.

Tecnologia da Informação: O desenvolvimento das áreas de negócios de uma permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, o qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz mediante sistemas de informação. Destacamos em 2020 o investimento na Compra de um novo servidor no valor de R\$ 11.471,70 para melhorar cada vez mais a estrutura tecnológica da empresa.

Desempenho Econômico Financeiro: Para fins de gerencia setorial, a ANEEL determina o controle e reconhecimento a Reavaliação Regulatória Compulsória que para Contabilidade Internacional não se faz necessário, porém, como a CERSAD ainda não possui os valores de VNR, então temos os mesmos resultados, tanto na contabilidade Regulatória quando na contabilidade Societária nos últimos 5 anos:

Sobras:



Investimentos: Em 2020, os investimentos no imobilizado em serviço da permissionária importaram em R\$ 518 mil, dos quais 507,04 mil em máquinas e equipamentos.

Distribuição – Máq. e Equipamentos – R\$ Mil	R\$ Mil Nominais		
	2018	2019	2020
AIS Bruto	169,97	125,08	507,04
Transformador de Distribuição	35,88	29,96	75,85
Medidor	14,51	0,00	16,30
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kv)	4,58	0,00	78,77
Redes Média Tensão (2,3 kv a 44kv)	115,00	95,12	336,12
Redes Alta Tensão (69kv)	-	0,00	0,00
Redes Alta Tensão (88kv a 138kv)	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kv)	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30kv a 44kv)	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69kv)	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88kv a 138kv)	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230kv)	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-

Valor Adicionado: Em 2020, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela permissionária foi de R\$ 2.823 mil, representando 48,35% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Atualmente na CERSAD, não existe uma política específica definida para reinvestimento. Normalmente a CERSAD capitaliza as sobras e reinveste tudo em melhoria de redes.

Composição Acionária: Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da permissionária era de R\$ 1.136.331,00, composto por 1.138.387 quotas com valor nominal aproximado de R\$ 1,00 cada.

Atendimento aos associados e consumidores

A permissionária coloca à disposição o serviço de atendimento ao consumidor, instalado em sua sede social, sito à Rua da Glória, 130 – Sala 02 – Salto Donner – Doutor Pedrinho/SC em horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00. Os mesmos serviços estão disponíveis, todos os dias da semana, pelos telefones: (47) 3388-0166 e pelo e-mail: atendimento@cersad.com.br. Através desse sistema, é realizado o atendimento às quedas de energia além dos demais atendimentos como: informação sobre fatura de energia, tarifas, solicitação de serviços, etc.

Gestão

Administração: A CERSAD cumpre formalidades legais e estatutárias e por consequência apresenta aos Senhores e Senhoras o relatório da administração, bem como as Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial Societário, Demonstração do resultado, Balanço social e notas explicativas. A finalidade desta apresentação é dar ciência a sociedade das atividades realizadas para que tenha condições de entender o processo, se posicionar, debater e votar sobre as matérias em questão. A CERSAD contribui com o desenvolvimento regional rural, inovando e criando alternativas de manobra para evitar perturbações no sistema, tudo para satisfação da classe consumidora que mais cresce (residencial). Busca seus objetivos, sendo a satisfação dos consumidores em harmonia com o meio ambiente, visando distribuir energia com qualidade, tecnologia, mantendo a cordialidade e o espírito cooperativista em prol do bem-estar da sociedade.

Planejamento Empresarial:

- Está prevista a construção de nova subestação 138kV/13,8kV de compra;
- Recondutoramento e melhoria na estrutura no Alimentador Liberdade no município de Benedito Novo;
- Recondutoramento e melhoria na estrutura no Alimentador São João no município de Benedito Novo;

Recursos Humanos: Em 2020 a CERSAD investiu em treinamentos para sua toda sua equipe acrescentando novos conhecimentos, capacitando-os a novos sistemas, reciclando seus conhecimentos já adquiridos e aprimorando seus procedimentos de trabalho. O objetivo é envolver os colaboradores na constante busca da qualidade em todos os procedimentos e rotinas.

Responsabilidade Social: Apesar de não ter a finalidade de filantropia a CERSAD procura ajudar as Entidades sem fins lucrativos e durante o exercício promoveu algumas doações diretas, pois acredita na importância do suporte a entidades que fazem o bem para a sociedade.

Além disso, na parte ambiental a CERSAD tem como padrão o atendimento a alguns compromissos:

- Atender a legislação ambiental aplicável;
- Melhorar continuamente o desempenho ambiental e preservar os recursos naturais;
- Atuar de forma preventiva, visando à proteção do meio ambiente.

Permissionária em Números

Atendimento	2020	2019	%
Número de consumidores	1.319	1.280	(2,96)
Número de empregados	11	11	-
Número de consumidores por empregado	120	116	(2,96)
Número de postos de atendimento	1	1	-
Mercado	2020	2019	
Área de permissão (km ²)	195	195	-
Geração própria (Gwh)	0	0	-
Consumo residencial médio (KWh/ano)	192	181	(5,73)
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	416,04	424,49	2,03
Residencial	461,58	486,56	5,41
Comercial	461,68	486,64	5,41
Industrial	444,83	452,56	1,74
Rural	351,27	343,88	(2,10)
DEC (horas)	0	0	-
População atendida – Urbana atendida (em milhares de	0	0	-
População atendida – Rural (em milhares de habitantes)	3,5	3,5	-
FEC (número de interrupções)	0	0	-
Número de reclamações por 1.000 consumidores	0	0	-
Operacionais	2020	2019	
Número de usinas em operação	0	0	-
Número de subestações	0	0	-
Linhas de transmissão (km)	0	0	-
Linhas de distribuição (km)	195	195	-
Capacidade Instalada (MV)	5	5	-
Financeiros	2020	2019	
Receita Operacional Bruta (R\$Mil)	5.839	6.038	3,41
Receita Operacional Líquida (R\$Mil)	4.115	4.316	4,88
Sobras líquidas (%)	70	71	1,43
Patrimônio Líquido	4.170	4.061	(2,61)
Valor Patrimonial do lote de mil cotas	1.000	1.000	-
Em moeda nacional (%)	100	100	-

Desempenho Comercial

Os gráficos abaixo demonstram o histórico do consumo de energia nas tomadas de Doutor Pedrinho e Benedito Novo.

Energia MWH	2016	2017	2018	2019	2020
Doutor Pedrinho	3.896	3.995	4.863	4.226	4.097
Benedito Novo	3.932	4.323	4.520	4.545	4.822
Total	7.828	8.319	9.383	8.772	8.919
Varição Anual %		6%	13%	-7%	2%

Agradecimentos

Findando o exercício social de 2020, queremos agradecer a DEUS, aos membros da Diretoria, e, estender esse agradecimento a todos os clientes, consultores, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nossas atividades.

Sabemos que 2020 foi um ano desafiador, de muitos obstáculos e incertezas, porém, com a ajuda de todos, não só mantemos nosso padrão de atendimento como crescemos como empresa e como pessoas. Em 2020, foram muitos esforços administrativos e operacionais que não cabe relacionar, para que a CERSAD alcançasse o bom momento em que vive. Parabéns a todos os envolvidos, principalmente aos colaboradores e aos Diretores que entendem a necessidade de investimentos e apoiam os processos. Podem confiar, 2021, será ainda melhor, com a graça de Deus.

Assim, submete à apreciação de todos.

Balanço Patrimonial

Balancos Patrimoniais Regulatórios – Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 em Milhares de Reais

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	829	873	Fornecedores e supridores de energia elétrica		67	22
Consumidores	6	815	828	Salários e encargos sociais		89	64
Estoques		43	38	Impostos e contribuições a recolher	7	159	123
Impostos e contribuições a recuperar	7	15	3	Capital a restituir		0	0
Valores a receber de parcela A e outros ativos financeiros	10	0	0	Valores a devolver de parcela A e outros passivos financeiros		0	0
Outros Créditos	6	106	141	Taxas regulamentares		137	91
Despesas pagas antecipadamente		0	0	Outros passivos circulantes		44	27
Total do ativo circulante		1.808	1.884	Total do passivo circulante		496	327
Não circulante				Não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar	7	11	6	Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço	13	1	1
Depósitos judiciais	12	0	0	Total do passivo não circulante		1	1
Valores a receber de parcela A e outros ativos financeiros	10	0	0				
Investimentos	8	7	6	Patrimônio líquido	14		
Imobilizado	9	2840	2487	Capital social		1.136	1.155
Intangível	9	2	7	Reserva de Capital		1	1
Total do ativo não circulante		2.859	2.505	Reserva Reavaliação		11	18
Total do ativo		4.667	4.389	Reservas de Sobras		2.716	2020
				Sobras ou Perdas a Disposição da AGO		306	868
				Total do patrimônio líquido		4.170	4.061
				Total do passivo e patrimônio líquido		4.667	4.389

Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Demonstrações do Resultado Regulatório– Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 em milhares de reais

	Nota	2020	2019
Ingresso operacional bruto	15	5.839	6.038
Fornecimento de energia elétrica		5.091	5.333
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		39	-
Ativos e Passivos Regulatórios		-	-
Serviços cobráveis		2	2
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		707	703
Outras ingressos		-	-
Tributos		(1.205)	(1.281)
ICMS		(1.133)	(1.185)
PIS-PASEP		(13)	(17)
Cofins		(59)	(79)
Encargos - Parcela "A"		(519)	(441)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(496)	(305)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(10)	(9)
Outros encargos		(13)	(127)
Ingresso operacional líquido		4.115	4.316
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(2.595)	(2.226)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.595)	(2.226)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		1.520	2.090
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(1.385)	(1.168)
Pessoal e administradores	16	(706)	(650)
Material		(93)	(50)
Serviços de terceiros		(373)	(254)
Arrendamento e aluguéis		-	-
Seguros		(1)	(1)
Doações, contribuições e subvenções		(38)	(39)
Provisões		1	(2)
(-) Recuperação de despesas		1	(1)
Tributos		(2)	(2)
Depreciação e amortização		(144)	(128)
Gastos diversos		(31)	(40)
Outras ingressos operacionais		144	68
Outras dispêndios operacionais		(19)	(11)
Resultado financeiro		112	124
Dispêndios financeiros		(22)	(28)
Ingressos financeiras		134	152
Sobra antes dos tributos		372	1.103
Imposto de renda e Contribuição social	11	(12)	(30)
Sobra líquida do exercício		360	1.073

Demonstração do resultado abrangente

Demonstrações do resultado abrangente – Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 em milhares de reais

	2020	2019
Sobra líquida do exercício	360	1.073
Reversão do FATES	24	28
Reversão da Reserva de Reavaliação	7	7
Reserva legal	(32)	(98)
FATES	(53)	(143)
Resultado Abrangente do Exercício	306	867

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido – DMPL

Demonstra o das Muta es do Patrimônio Líquido – Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 em milhares de reais

	Capital Social	Doa�es e Subven�es	Reserva de Reavalia�o	Reserva Legal	FATES	Fundo de Manuten�o e Amplia�o	Sobras a disposi�o da AGO	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.032	1	25	1.046	553	-	370	3.027
Integraliza�o de Quotas	4	-	-	-	-	-	-	4
Devolu�o de Capital	(51)	-	-	-	-	-	-	(51)
Destina�o do Resultado - AGO	170	-	-	200	-	-	(370)	-
Utiliza�o das Reservas	-	-	-	-	(28)	-	28	-
Realiza�o da Reserva de Reavalia�o	-	-	(7)	-	-	-	7	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.073	1.073
Destina�es Estatutárias	-	-	-	98	143	-	(241)	-
Outras Destina�es	-	-	-	8	-	-	-	8
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.155	1	18	1.352	668	-	868	4.061
Integraliza�o de Quotas	5	-	-	-	-	-	-	5
Devolu�o de Capital	(23)	-	-	-	-	-	-	(23)
Destina�o do Resultado - AGO	-	-	-	-	-	635	(868)	(233)
Utiliza�o das Reservas	-	-	-	-	(25)	-	25	-
Realiza�o da Reserva de Reavalia�o	-	-	(7)	-	-	-	7	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	360	360
Destina�es Estatutárias	-	-	-	32	53	-	(85)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.136	1	11	1.384	697	635	306	4.170

Demonstração do fluxo de caixa – DFC

Demonstrações do fluxo de caixa– Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	360	1.073
Ajustes por:		
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	2
Depreciação e amortização	144	128
Resultado na alienação de bens e direitos		
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de consumidores e outros	4.919	4.471
Estoques	43	38
Impostos e contribuições a recuperar	16	(28)
Valores a receber de Parcela A e outros ativos financeiros		274
Outros ativos circulantes e não circulantes	617	(92)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(3.439)	(3.002)
Salários e encargos sociais	(463)	(411)
Impostos e contribuições a recolher	(1.361)	(1.337)
Provisão para férias e encargos		
Valores a devolver de Parcela A e outros passivos financeiros	(440)	(35)
Taxas regulamentares	(46)	(9)
Outros passivos circulantes	128	(129)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>479</u>	<u>943</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado e intangível	(518)	(125)
Aumento em investimentos	(1)	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(519)</u>	<u>(126)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralizações de capital	(1)	(39)
Baixa da reserva de avaliação patrimonial	(3)	(7)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>(4)</u>	<u>(46)</u>
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(44)</u>	<u>771</u>
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	829	873
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	873	102
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(44)</u>	<u>771</u>

Notas Explicativas Regulatórias

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Regulatórias - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica Salto Donner – CERSAD (“Cooperativa”), com sede no município de Doutor Pedrinho/SC, é uma permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica e atua, conforme disposto em seu contrato de permissão e legislação vigente, no fornecimento de energia elétrica aos usuários finais localizados em sua área de permissão.

De acordo com os contratos de permissão de distribuição, essa Cooperativa está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da permissão original para determinados períodos iniciais. Subseqüentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Cooperativa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subseqüente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as permissões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Cooperativa pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Cooperativa solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Além das permissionárias, também fazem parte do setor elétrico as distribuidoras, geradores, transmissores e consumidores livres.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST – Tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subseqüente. O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Contexto Operacional e Permissão

A Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica Salto Donner – CERSAD DISTRIBUIDORA é uma sociedade cooperativa do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Tem como objeto a distribuição e

comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores através de redes de distribuição instaladas nos municípios de Doutor Pedrinho e Benedito Novo, no estado de Santa Catarina.

Constituição da Sociedade e Principais Atividades Desenvolvidas – A sociedade foi constituída em dezembro de 2009, com origem no desmembramento da atualmente denominada Cooperativa de Geração de Energia Elétrica Salto Donner – CERSAD GERADORA. O patrimônio de sua constituição foi efetivamente transferido em 31 de março de 2010, observadas as disposições da legislação cooperativista – Lei 5764/71.

No decorrer do exercício social de 2020, a cooperativa realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores ligados, serviços de manutenção, ampliação e melhoria de suas instalações de distribuição, de acordo com seu objeto social.

2.1 Coronavírus (“COVID-19”)

(a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

(b) Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados.

(c) Medidas para resiliência operacional e financeira

A cooperativa passou por adequações em sua operacionalização, buscando atender as normas de enfrentamento da COVID-19 com trabalho em Home Office, rodízio de funcionários, reforçando os protocolos de higiene e adequando o ambiente interno para garantir o retorno seguro dos empregados.

3. Bases de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis – a moeda funcional da cooperativa é o Real, mesma moeda de preparação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis da cooperativa foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

ICPC 01 – Contratos de Concessão – Não Adoção – A atuação da cooperativa na atividade de distribuição de energia elétrica ocorre apenas de fato, desde a sua fundação em 19 de dezembro de 2009, data do desmembramento da sociedade originária.

Na preparação das demonstrações contábeis da cooperativa foram ainda observados a Lei 5.764/1971, que trata especificamente das sociedades cooperativas, e as normas específicas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico com base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A cooperativa não possui outros resultados abrangentes, motivo pelo qual não está apresentando a demonstração de resultado do exercício abrangente, pois esta equivale à demonstração do resultado do exercício.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria em 31 de março de 2021.

Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes - As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Cooperativa está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos

4. Principais Práticas Contábeis

4.1 Práticas Contábeis gerais

a) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial regulatório quando, somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Cooperativa tem os seguintes ativos e passivos financeiros: caixa e equivalentes de caixa; contas a receber de consumidores e outros; fornecedores e supridores de energia elétrica; capital a restituir; obrigações especiais vinculadas à concessão de serviços públicos.

A Cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos no curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações no curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

c) Contas a receber de consumidores e outros

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída observando critérios exigidos pelo MCSE da ANEEL e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

d) Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

e) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subseqüentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

f) Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos das atualizações monetárias até 1995) e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas e de acordo com a Resolução ANEEL 674/15.

g) Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade.

h) Provisão por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Cooperativa analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, a Cooperativa estima o valor recuperável do ativo. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a Cooperativa reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

i) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

j) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são ajustados a valor presente, quando aplicável, utilizando-se taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

k) Provisão para Contingências

Os Passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

l) Receitas e Despesas

A Cooperativa segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

m) Tributação do Resultado

A tributação dos ganhos e resultados foi calculada tomando como base as operações com não associados nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro real, pago mensalmente na modalidade lucro por estimativa, com suspensão ou redução.

A base de cálculo para incidência do imposto de renda e da contribuição social para pagamento mensal considera o faturamento em operações com não associados, a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

n) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Cooperativa estão classificados em passivos financeiros não mensurados a valor justo e ativos financeiros classificados como destinados à negociação, e são ajustados ao seu valor de mercado em contrapartida ao resultado. Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento ou recebíveis são contabilizados ao custo amortizado acrescido dos rendimentos ou ajustado ao valor provável de realização, quando este for menor. Os passivos financeiros não mensurados a valor justo são avaliados ao custo amortizado, acrescido dos encargos financeiros calculados *pro-rata temporis*.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Cooperativa são: Caixa e Equivalentes de Caixa, Consumidores e Outros Ativos Circulantes.

O principal passivo financeiro reconhecido pela Cooperativa é “fornecedores”.

o) Fornecedores e supridores de energia elétrica

As contas a pagar aos fornecedores e aos supridores de energia elétrica são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetivos. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

p) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O resultado decorrente das operações com cooperados é isento desses tributos. As operações com não cooperados geram tributos, sendo calculados de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes.

q) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

r) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo, ou o valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação provavelmente ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para o registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes são provisionados quando as

perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

t) Capital social

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, os cooperados têm seu capital social devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista.

u) Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Cooperativa é avaliada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4.2 Principais Práticas Contábeis Regulatórias

a. Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Cooperativa contabiliza as variações destes custos. Como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalentes aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório será realizado quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Cooperativa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

b. Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

c. Imobilizado em curso

Os gastos de administração capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Cooperativa, caso exista, agrega mensalmente ao custo de aquisição do

imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;
- (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e
- (d) os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

d. Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

e. Reserva de avaliação patrimonial

Em cumprimento à Resolução Normativa ANEEL n° 396, de 23 de fevereiro de 2010, e atualizações, a Cooperativa registra, a cada Revisão Tarifária Periódica, realização regulatória compulsória, que corresponde ao montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do ativo imobilizado em serviço.

5. Caixa e Equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de caixa	2020	2019
Caixas e depósitos bancários	57.573	223.844
Aplicações financeiras de liquidez imediata	771.381	649.434
	828.954	873.278

As aplicações financeiras correspondem a CDB (Certificados de Depósitos Bancários) com remuneração vinculada ao CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários) em 2020 e 2019, respectivamente, aplicados os recursos em instituições financeiras de primeira linha com risco de perda mínima.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de perda de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. Contas a Receber de consumidores e outros

6.1 Composição do contas a Receber

Descrição	A Vencer						Valores Correntes		
	Mais de 60		Vencidas				Liquidação Duvidosa	2020	2019
	Até 60 Dias	Dias	Até 90 Dias	De 91 a 180 Dias	De 181 a 360 Dias	Mais de 360 Dias			
Fornecimento de Energia									
Residencial	114.012	-	23.301	42	215	988	(1.245)	137.313	133.662
Industrial	358.196	-	250.428	-	-	5.697	(5.697)	608.623	632.540
Comercial	7.342	-	2.280	-	-	-	-	9.622	11.422
Rural	32.714	-	3.274	-	67	54	(54)	36.055	34.065
Poderes Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	5.246
Serviço Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço Taxado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecimento Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	512.264	-	279.282	42	282	6.740	(6.997)	791.613	816.936

6.2 Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do manual de contabilidade do setor elétrico da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a administração da Cooperativa entendeu ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

7. Impostos e Contribuições Sociais

	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Tributos compensáveis - Ativo	15	11	3	6
ICMS	6	11	3	6
Imposto Renda e Contribuição Social	9	-	-	-
Obrigações Tributárias - Passivo	158	-	130	-
ICMS (c)	123	-	97	-
INSS (d)	12	-	12	-
FGTS (e)	5	-	12	-
COFINS/PIS	8	-	7	-
IRRF	0	-	0	-
CSLL	4	-	1	-
IRPJ	5	-	2	-
Total	173	11	133	6

8. Investimentos

	2020	2019
Cersad Geradora	1.967	1.967
Sicob/SC Credipérola	1.312	1.231
Viacred - Coop. Crédito Vale do Itajai	3.477	2.697
	6.756	5.895

9. Imobilizado

Os bens estão registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, revisado pela Resolução Normativa ANEEL nº. 674, de 11 de agosto de 2015.

a. A composição do imobilizado é como segue:

COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência s (C)	Reavaliação	Valor bruto	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acum.	Valor	Valor	Obrigações	Amortização Acum.	Obrigações
						em 31/12/2020			líquido em 31/12/2020	líquido em 31/12/2019	Especiais Brutas		Especiais Líquidas
Distribuição	3.770,18	507,05	85,07	0,00	0,00	4.192,16	421,98	1.653,05	2.539,11	2.196,26	0,00	0,00	0,00
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas e equipamentos	3.709,81	507,05	81,79	0,00	0,00	4.135,07	425,26	1.598,50	2.536,57	2.192,92	0,00	0,00	0,00
Veículos	44,09	0,00	0,00	0,00	0,00	44,09	0,00	44,09	0,00	0,42	0,00	0,00	0,00
Móveis e utensílios	16,28	0,00	3,28	0,00	0,00	13,00	(3,28)	10,46	2,54	2,92	0,00	0,00	0,00
Administração	14,17	11,47	0,00	0,00	0,00	25,64	11,47	9,76	15,88	7,41	0,00	0,00	0,00
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	12,28	11,47	0,00	0,00	0,00	23,75	11,47	8,79	14,96	6,38	0,00	0,00	0,00
Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Móveis e utensílios	1,89	0,00	0,00	0,00	0,00	1,89	0,00	0,97	0,92	1,03	0,00	0,00	0,00
SubTotal:	3.784,35	518,52	85,07	0,00	-	4.217,80	433,45	1.662,81	2.554,99	2.203,67	0,00	0,00	0,00

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência s (C)	Reavaliação	Valor bruto	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acum.	Valor	Valor	Obrigações	Amortização Acum.	Obrigações
						em 31/12/2020			líquido em 31/12/2020	líquido em 31/12/2019	Especiais Brutas		Especiais Líquidas
Distribuição	7,35	896,06	895,90	0,00	0,00	0,00	0,16	0,00	1.129,89	833,86	0,00	0,00	0,00
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,48	0,00	0,00	0,00
Máquinas e equipamentos	7,35	507,21	507,05	0,00	0,00	0,00	0,16	0,00	320,82	371,81	0,00	0,00	0,00
Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Móveis e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transformação, fabricação e reparo de materiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,79	26,12	0,00	0,00	0,00
Material em Depósito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	778,28	433,45	0,00	0,00	0,00
Compras em andamento	0,00	388,85	388,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	0,00	11,47	11,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas e equipamentos	0,00	11,47	11,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SubTotal:	7,35	907,53	907,37	0,00	0,00	0,00	0,16	0,00	1.129,89	833,86	0,00	0,00	0,00

Total do Ativo Imobilizado	3.791,70	1.426,05	992,44	0,00	-	4.217,80	433,61	1.662,81	3.684,88	3.037,53	0,00	0,00	0,00
-----------------------------------	-----------------	-----------------	---------------	-------------	----------	-----------------	---------------	-----------------	-----------------	-----------------	-------------	-------------	-------------

b. A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia	Reavaliação	Valor bruto	Adições	Amortização	Valor Líquido	Valor Líquido
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	21,97	-	-	-	-	21,97	-	(16,66)	5,31	13,28
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	21,97	-	-	-	-	21,97	-	(16,66)	5,31	13,28
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	21,97	-	-	-	-	21,97	-	(12,67)	9,30	13,28
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal										
Total do Intangível	21,97	-	-	-	-	21,97	-	(12,67)	9,30	13,28

Anualmente a Cooperativa avalia a realização dos seus ativos e em 31 de dezembro de 2020, não se identificou nenhum indicativo de *impairment* e a necessidade de contabilização de provisão de valor recuperável sobre o imobilizado.

c. Composição Máquina e Equipamentos

A composição da conta de máquinas e equipamentos é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto	Adições		Transferencia		Valor bruto em	Adições Líquidas
	Em 31/12/2019	(A)	Baixas (B)	(C)	Reavaliação	31/12/2020	(A)-(B)+(C)
AIS Bruto	3.709,78	507,04	81,78	-	-	4.135,03	425,26
Transformador de Distribuição	444,92	75,85	42,54	-	-	478,23	33,31
Medidor	280,81	16,30	0,23	-	-	296,88	16,07
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	419,25	78,77	-	-	-	498,02	78,77
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	971,23	336,12	3,55	-	-	1.303,80	332,57
Redes Alta Tensão (69 kV)	47,81	-	-	-	-	47,81	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	1,25	-	-	-	-	1,25	-
Demais Máquinas e Equipamentos	1.544,51	-	35,46	-	-	1.509,04	(35,46)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	0,80	(0,80)	(0,80)	-	-	0,80	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	0,80	(0,80)	(0,80)	-	-	0,80	-

d. Demonstração dos valores de depreciação

	2020			2019
	Bruto	Depr. e amort. Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço				
Distribuição	4.235	1.696	2.539	2.196
Custo Histórico	4.235	1.696	2.539	2.196
Correção monetária especial	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-
Administração	95	77	18	14
Custo Histórico	95	77	18	14
Correção monetária especial	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-
Total em Serviço	4.330	1.772	2.557	2.210
Em Curso			8	7
Distribuição	-	-	8	7
Administração	-	-	-	-
Total da Depreciação	4.330	1.772	2.565	2.218

e. Adições do período por natureza de gastos

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado em 2020, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra	Juros Capitalizado	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	439,81	41,98	36,88	-	-	-	518,67
Total das Adições	439,81	41,98	36,88	-	-	-	518,67

f. Taxas Anuais de Depreciação

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes:

Distribuição	Taxa%
Banco de Capacitores (tensão inferior a 69kv)	6,67
Chave de distribuição (tensão inferior a 69kv)	6,67
Condutor de Sistema (classe de tensão inferior a 69kv)	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de Tensão (tensão inferior a 69kv)	4,35
Transformador de Distribuição (tensão inferior a 69kv)	4,00

Administração central	Taxa%
Equipamento Geral	6,25
Veículos	14,29

g. Dez principais adições (pelo critério de valor)

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	em R\$ Mil
1 – Religador Trifásico 15KV	51
2 – Rele de Proteção SEL - 751	38
3 – Disjuntor com Carrinho Classe 24KV NBI KV 800 A	32
4 – Coletor de Dados Spectra Mobile Mapper	20
5 – Servidor Lenovo ST50-Xenon 3.2GHz	11
6 – Rele VAMP 57	11
7 – Transformador Trifásico 75 KVA	7
8 – Transformador Bifásico 15 KVA	7
9 – Transformador Trifásico 45 KVA	5
10 – Poste de Concreto Circular 12/1000daN	5

h. Dez principais baixas (pelo critério de valor)

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	em R\$ Mil
1 – Transformador Bifásico 15 KVA	6
2 – Transformador Trifásico 45 KVA	5
3 – Transformador Trifásico 75 KVA	4
4 – Transformador Trifásico 45 KVA	3
5 – Transformador Trifásico 30 KVA	2
6 – Transformador Trifásico 45 KVA	2
7 – Transformador Bifásico - 25 KVA	2
8 – Transformador Monofásico 15 KVA	2
9 – Transformador Trifásico 15 KVA	2
10 – Transformador Monofásico 05 KVA	2

10. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais (Incluem valores de curto e longo prazo)

Trata-se de ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo desse período. Essa diferença constitui em um direito a receber sempre que os custos homologados incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou quando as obrigações dos custos homologados incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão na existência de saldos que não tenham sido recuperados, sendo esses incluídos na base de indenização prevista. A CERSAD ainda não possui estes valores registrados no seu balanço, os quais, passarão a serem reconhecidos a partir de Janeiro de 2021.

11. Imposta de Renda e Contribuição Social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes.

12. Provisão para contingências

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral cinco anos). Entretanto, a Administração da Cooperativa é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2020, não era conhecida nenhuma contingência relevante relativa a tributos, com perspectiva de perda provável.

13. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Composição de saldo

	Saldo Inicial em 31/12/2019	Adição	Saldo final em 31/12/2020
Em serviço	-	800,00	800,00
Participação financeira do consumidor	-	800,00	800,00
Doações e subvenções destinadas a investimentos no serviço concedido	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-
(-) Amortização acumulada – AIS	-	-	-
Participação financeira do consumidor	-	-	-
Doações e subvenções destinadas a investimentos no serviço concedido	-	-	-
P&D	-	-	-
Em curso	800,00	(800,00)	-
Valores pendentes de recebimento	800,00	(800,00)	-
Total	800,00		800,00

14. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuído entre os cooperados.

De acordo com a legislação cooperativista, a conta capital social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do associado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do associado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor integralizado, correspondendo à participação de 978 (novecentos e setenta e oito) associados em 31 de dezembro 2020 e de 952 (novecentos e cinquenta e dois) associados em 31 de dezembro 2019.

b. Natureza e Finalidade das Reservas

Fundo de Reserva: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembléia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado total das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como dos colaboradores da cooperativa.

c. Sobras a Disposição da Assembléia Geral Ordinária

As sobras após a constituição e realização das reservas, ficam à disposição da Assembléia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Resultado Líquido do Exercício</u>	360	1.073
Sobra/Perda Líquida do Exercício	323	979
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	37	94
<u>Destinações Legais e Estatutárias</u>	85	241
<u>FATES - Legal</u>		
* 100% do Lucro Líquido (Art 87 da Lei 5764/71)	37	94
<u>FATES - Estatutário</u>		
* 5% das Sobras Líquidas (Inciso II do Art. 39º)	16	49
<u>Reserva Legal</u>		
* 10% das Sobras Líquidas (Inciso I do Art. 39º)	32	98
<u>Utilização/Realização das Reservas</u>	32	35
(+) Utilização de Reservas (FATES)	25	28
(+) Realização da Reserva de Reavaliação	7	7
(=) Sobras Líquidas a Disposição da AGO	306	868

d. **Destinações legais e estatutárias das sobras:** Das sobras apuradas ao final do exercício, conforme normas legais e Estatuto Social da Cooperativa são apropriados:

- 10% das sobras Líquidas para FATES Legal;

- 5% das sobras Líquidas para FATES Estatutário;
- 10% das sobras Líquidas para a Reserva Legal.

e. **Sobras à disposição da AGO:** As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias ficam à disposição da Assembléia Geral Ordinária (AGO), para deliberação dos cooperados quanto a sua destinação.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei nº 5.764/71 e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a utilização dos serviços usufruídos da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas, conforme deliberação dos cooperados em Assembléia Geral.

15. Receita Operacional

Receita Operacional	Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Fornecimento - Faturado	1.301	1.259	8.723	8.564	5.092	5.333
Residencial	923	884	2.312	2.183	1.340	1.366
Industrial	55	62	5.114	5.065	3162	3354
Comercial	53	49	139	153	89	106
Rural	253	259	885	880	371	372
Poder público	15	13	35	50	23	35
Iluminação pública	2	2	238	233	107	100
Serviço público	0	0	0	0	0	0
Receita não faturada	-	-	-	-	0	0
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não Faturado	-	-	-	-	811	763
Subvenções e Subsídios Recebidos					707	701
Outras Receitas Operacionais					104	62
Total					5.903	6.096

16. Pessoal e Administradores

	2020	2019
Pessoal	580	524
Remuneração	412	365
Encargos	145	143
Despesas rescisórias	0	0
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	0	0
Outros benefícios - Corrente	23	16
Administradores	157	139
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	157	139
Total	737	663

17. Reajuste Tarifário

A Cooperativa, sediada na cidade de Doutor Pedrinho - SC, atende atualmente cerca de 1,3 mil unidades consumidoras, cujo consumo de energia elétrica representa uma receita anual de aproximadamente R\$ 5,8 milhões. Em 01 de Novembro de 2018, foi firmado o Contrato de Permissão nº 009/2018 entre a União e a Cooperativa por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O Contrato de Permissão prevê a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da permissionária, mediante aplicação de fórmula

específica. A Resolução Normativa nº 704, de 23 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão. Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definirem a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas definidas pelo PRORET 8.1.

A Cooperativa optou por não celebrar termo aditivo contratual e permanece com as tarifas estabelecidas pela ANEEL seguindo a metodologia do Submódulo 8.1 do PRORET. A Resolução Homologatória nº 2.882 de 06 de outubro de 2020 homologou as tarifas vigentes da Cooperativa. O Submódulo 8.5 do PRORET que estabelece os procedimentos a serem aplicados ao processo de definição da subvenção para compensar o impacto tarifário da reduzida densidade de carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural, permissionárias e concessionárias de distribuição de energia.

18. Transações com partes relacionadas

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas referente a pagamento de pró-labore. As transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista:

Parte relacionada	Natureza da operação	2020	2019
Conselho Fiscal	Remuneração	13	14

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Cooperativa. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

Valor justo dos instrumentos financeiros: Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre as partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentados no balanço pelo valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de consumidores e outros, ativo financeiro – concessão do serviço público, fornecedores e supridores de energia elétrica, capital a restituir, taxas regulamentares e valores a receber e a devolver de Parcela A e outros ativos e passivos financeiros.

Instrumentos financeiros por categoria: Os principais ativos e passivos financeiros da Cooperativa estão demonstrados a seguir:

	Classificação	2020	2019
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e bancos	(i)	58	224
Aplicações financeiras de liquidez imediata	(i)	771	649
Contas a receber de consumidores e outros	(i)	816	829
Valores a receber de parcela A e outros ativos financeiros	(i)	0	0
		1.645	1.702
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(i)	67	22
Capital a restituir	(i)	0	0
Valores a devolver de parcela A e outros passivos financeiros	(i)	0	0
Taxas regulamentares	(i)	137	91
		204	113

Classificação:

- (i) Empréstimos e recebíveis.
- (ii) Valor justo através do resultado.
- (iii) Disponível para venda.
- (iv) Outros passivos financeiros ao custo amortizado.

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos eventual perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

A Cooperativa aplica os procedimentos do CPC para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Análise de sensibilidade – taxa de juros: Considerando que a gestão das exposições às taxas de juros é efetuada com base na ponderação das operações, a Administração entende que, qualquer volatilidade nas taxas, as quais as operações da Cooperativa estão indexadas, não incorreria em impactos significativos em seu resultado, não sendo apresentada uma análise de sensibilidade sobre este risco.

Risco de crédito: Parte substancial do fornecimento de energia elétrica é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer em face de eventuais perdas na realização destes. Os riscos de crédito de equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Cooperativa. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que auxiliam na liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez.

Operações com instrumentos financeiros derivativos: A Cooperativa tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles dos riscos. A Cooperativa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias pela Administração da Cooperativa.

Risco de gerenciamento de capital: A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Cooperativa administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, líquidas de caixa e equivalentes de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido).

Risco de escassez de energia: O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Parecer do Conselho Fiscal



COOP. DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SALTO DONNER

Rua da Glória, 130 – Sala 2 - Salto Donner – DOUTOR PEDRINHO/SC

CNPJ: 11.615.872/0001-80 – Ins. Est.: 256.044.759

E-mail: atendimento@cersad.com.br

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ata da reunião do Conselho Fiscal, realizada em 31 de março de 2021, com parecer do Balanço Patrimonial de 2020:

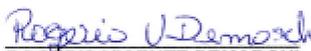
Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, às 15:00h (quinze horas), na sede da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica Salto Donner, estiveram reunidos os membros do Conselho Fiscal, para examinar e apreciar o Balanço Patrimonial, Contas de Resultado, Demonstrativos Estatísticos e demais documentos e contas relacionadas com o exercício de 2020, bem como o Relatório da Diretoria. Depois de procedido o exame detalhado das contas e demonstrativos referentes ao exercício de 2020, resolveram emitir o seguinte parecer: Em cumprimento às determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, declaramos que procedemos um detalhado exame do Balanço Patrimonial, Contas de Resultado, Contabilidade, Estado de Caixa, Conciliação Bancária e demais documentos relativos ao exercício de 2020, bem como o Relatório da Diretoria. Com base nas reuniões regulamentares de nossa gestão, durante as quais tomamos conhecimento de todos os negócios da Cooperativa, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem, conforme o que determina o Estatuto Social, e em vista da realização da Assembleia Geral Ordinária, marcada para o dia 31 de março de 2021, cujo Edital de Convocação vem tendo a divulgação dentro do prazo previsto no Estatuto, estamos desta feita emitindo PARECER FAVORÁVEL, no sentido de que seja aprovado pela AGO. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual eu Secretário Maicon Draeger, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, é assinada pelos Senhores membros do Conselho Fiscal presentes.

Doutor Pedrinho/SC, 31 de março de 2021.


MAICON DRAEGER
Secretário


MAICON DRAEGER
Fiscal Efetivo


MARIO BORCHARDT
Fiscal Efetivo


ROGÉRIO VICENTE DEMARCHI
Fiscal Efetivo

Parecer dos Auditores Independentes



55 47 3035-2668
Rua Guarani, 63
Garcia - 89.021-110
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Cooperados, Conselheiros e Administradores da
Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica Salto Donner
Doutor Pedrinho - SC

Introdução

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias da **Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica Salto Donner**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica Salto Donner** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo como Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada **"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias"**. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às Demonstrações Contábeis Regulatórias, que descreve a base de preparação e apresentação dessas Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cooperativa a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas Demonstrações Contábeis Regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros Assuntos

A Cooperativa preparou um conjunto de Demonstrações Contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas Demonstrações Contábeis Regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



55 47 3035-2668
Rua Guarani, 63
Garcia - 89.021-110
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 13 de abril de 2021.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7



Bradley Ricardo Moretti

Contador CRC SC-023618/O-6

Demonstrações Societárias

Balanço Patrimonial

Balancos Patrimoniais Regulatórios – Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 em Milhares de Reais

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	829	873	Fornecedores e supridores de energia elétrica	9	67	22
Consumidores	6	815	828	Salários e encargos sociais	10	89	64
Estoques		43	38	Impostos e contribuições a recolher		159	123
Impostos e contribuições a recuperar		15	3	Capital a restituir		0	0
Valores a receber de parcela A e outros ativos financeiros	10	0	0	Valores a devolver de parcela A e outros passivos financeiros		0	0
Outros Créditos	6	106	141	Taxas regulamentares		137	91
Despesas pagas antecipadamente		0	0	Outros passivos circulantes	11	44	27
Total do ativo circulante		1.808	1.884	Total do passivo circulante		496	327
Não circulante				Não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar		11	6	Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço	11	1	1
Depósitos judiciais	12	0	0	Total do passivo não circulante		1	1
Valores a receber de parcela A e outros ativos financeiros	10	0	0				
Investimentos	7	7	6	Patrimônio líquido	12		
Imobilizado		2840	2487	Capital social		1.136	1.155
Intangível	8	2	7	Reserva de Capital		1	1
Total do ativo não circulante		2.859	2.505	Reserva Reavaliação		11	18
Total do ativo		4.667	4.389	Reservas de Sobras		2.716	2020
				Sobras ou Perdas a Disposição da AGO		306	868
				Total do patrimônio líquido		4.170	4.061
				Total do passivo e patrimônio líquido		4.667	4.389

Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Demonstrações do Resultado Regulatório– Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 em milhares de reais

	Nota	2020	2019
Ingresso operacional bruto	13	5.839	6.038
Fornecimento de energia elétrica		5.091	5.333
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		39	-
Ativos e Passivos Regulatórios		-	-
Serviços cobráveis		2	2
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		707	703
Outras ingressos		-	-
Tributos		(1.205)	(1.281)
ICMS		(1.133)	(1.185)
PIS-PASEP		(13)	(17)
Cofins		(59)	(79)
Encargos - Parcela "A"		(519)	(441)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(496)	(305)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(10)	(9)
Outros encargos		(13)	(127)
Ingresso operacional líquido		4.115	4.316
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(2.595)	(2.226)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.595)	(2.226)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		1.520	2.090
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	16	(1.385)	(1.168)
Pessoal e administradores		(706)	(650)
Material		(93)	(50)
Serviços de terceiros		(373)	(254)
Arrendamento e aluguéis		-	-
Seguros		(1)	(1)
Doações, contribuições e subvenções		(38)	(39)
Provisões		1	(2)
(-) Recuperação de despesas		1	(1)
Tributos		(2)	(2)
Depreciação e amortização		(144)	(128)
Gastos diversos		(31)	(40)
Outras ingressos operacionais		144	68
Outras dispêndios operacionais		(19)	(11)
Resultado financeiro	17	112	124
Dispêndios financeiros		(22)	(28)
Ingressos financeiras		134	152
Sobra antes dos tributos		372	1.103
Imposto de renda e Contribuição social	19	(12)	(30)
Sobra líquida do exercício		360	1.073

Demonstração do resultado abrangente

Demonstrações do resultado abrangente – Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 em milhares de reais

	2020	2019
Sobra líquida do exercício	360	1.073
Reversão do FATES	24	28
Reversão da Reserva de Reavaliação	7	7
Reserva legal	(32)	(98)
FATES	(53)	(143)
Resultado Abrangente do Exercício	306	867

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido – DMPL

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 em milhares de reais

	Capital Social	Doações e Subvenções	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	FATES	Fundo de Manutenção e Ampliação	Sobras a disposição da AGO	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.032	1	25	1.046	553	-	370	3.027
Integralização de Quotas	4	-	-	-	-	-	-	4
Devolução de Capital	(51)	-	-	-	-	-	-	(51)
Destinação do Resultado - AGO	170	-	-	200	-	-	(370)	-
Utilização das Reservas	-	-	-	-	(28)	-	28	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(7)	-	-	-	7	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.073	1.073
Destinações Estatutárias	-	-	-	98	143	-	(241)	-
Outras Destinações	-	-	-	8	-	-	-	8
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.155	1	18	1.352	668	-	868	4.061
Integralização de Quotas	5	-	-	-	-	-	-	5
Devolução de Capital	(23)	-	-	-	-	-	-	(23)
Destinação do Resultado - AGO	-	-	-	-	-	635	(868)	(233)
Utilização das Reservas	-	-	-	-	(25)	-	25	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(7)	-	-	-	7	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	360	360
Destinações Estatutárias	-	-	-	32	53	-	(85)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.136	1	11	1.384	697	635	306	4.170

Demonstração do fluxo de caixa – DFC

Demonstrações do fluxo de caixa– Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	360	1.073
Ajustes por:		
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	2
Depreciação e amortização	144	128
Resultado na alienação de bens e direitos		
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de consumidores e outros	4.919	4.471
Estoques	43	38
Impostos e contribuições a recuperar	16	(28)
Valores a receber de Parcela A e outros ativos financeiros		274
Outros ativos circulantes e não circulantes	617	(92)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(3.439)	(3.002)
Salários e encargos sociais	(463)	(411)
Impostos e contribuições a recolher	(1.361)	(1.337)
Provisão para férias e encargos		
Valores a devolver de Parcela A e outros passivos financeiros	(440)	(35)
Taxas regulamentares	(46)	(9)
Outros passivos circulantes	128	(129)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>479</u>	<u>943</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado e intangível	(518)	(125)
Aumento em investimentos	(1)	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(519)</u>	<u>(126)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralizações de capital	(1)	(39)
Baixa da reserva de avaliação patrimonial	(3)	(7)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>(4)</u>	<u>(46)</u>
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(44)</u>	<u>771</u>
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	829	873
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	873	102
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(44)</u>	<u>771</u>

Notas Explicativas Societárias

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Regulatórias - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica Salto Donner – CERSAD (“Cooperativa”), com sede no município de Doutor Pedrinho/SC, é uma permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica e atua, conforme disposto em seu contrato de permissão e legislação vigente, no fornecimento de energia elétrica aos usuários finais localizados em sua área de permissão.

De acordo com os contratos de permissão de distribuição, essa Cooperativa está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da permissão original para determinados períodos iniciais. Subseqüentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Cooperativa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subseqüente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as permissões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Cooperativa pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Cooperativa solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Além das permissionárias, também fazem parte do setor elétrico as distribuidoras, geradores, transmissores e consumidores livres.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST – Tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subseqüente. O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Contexto Operacional e Permissão

A Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica Salto Donner – CERSAD DISTRIBUIDORA é uma sociedade cooperativa do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Tem como objeto a distribuição e

comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores através de redes de distribuição instaladas nos municípios de Doutor Pedrinho e Benedito Novo, no estado de Santa Catarina.

Constituição da Sociedade e Principais Atividades Desenvolvidas – A sociedade foi constituída em dezembro de 2009, com origem no desmembramento da atualmente denominada Cooperativa de Geração de Energia Elétrica Salto Donner – CERSAD GERADORA. O patrimônio de sua constituição foi efetivamente transferido em 31 de março de 2010, observadas as disposições da legislação cooperativista – Lei 5764/71.

No decorrer do exercício social de 2020, a cooperativa realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores ligados, serviços de manutenção, ampliação e melhoria de suas instalações de distribuição, de acordo com seu objeto social.

2.1 Coronavírus (“COVID-19”)

(a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

(b) Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados.

(c) Medidas para resiliência operacional e financeira

A cooperativa passou por adequações em sua operacionalização, buscando atender as normas de enfrentamento da COVID-19 com trabalho em Home Office, rodízio de funcionários, reforçando os protocolos de higiene e adequando o ambiente interno para garantir o retorno seguro dos empregados.

3. Bases de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis – a moeda funcional da cooperativa é o Real, mesma moeda de preparação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis da cooperativa foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

ICPC 01 – Contratos de Concessão – Não Adoção – A atuação da cooperativa na atividade de distribuição de energia elétrica ocorre apenas de fato, desde a sua fundação em 19 de dezembro de 2009, data do desmembramento da sociedade originária.

Na preparação das demonstrações contábeis da cooperativa foram ainda observados a Lei 5.764/1971, que trata especificamente das sociedades cooperativas, e as normas específicas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico com base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A cooperativa não possui outros resultados abrangentes, motivo pelo qual não está apresentando a demonstração de resultado do exercício abrangente, pois esta equivale à demonstração do resultado do exercício.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras, ocorreu na reunião de diretoria em 31 de março de 2021.

Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes - As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Cooperativa está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos

4. Principais Práticas Contábeis

4.1 Práticas Contábeis gerais

a) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial regulatório quando, somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Cooperativa tem os seguintes ativos e passivos financeiros: caixa e equivalentes de caixa; contas a receber de consumidores e outros; fornecedores e supridores de energia elétrica; capital a restituir; obrigações especiais vinculadas à concessão de serviços públicos.

A Cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos no curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações no curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

c) Contas a receber de consumidores e outros

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída observando critérios exigidos pelo MCSE da ANEEL e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

d) Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

e) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

f) Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos das atualizações monetárias até 1995) e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas e de acordo com a Resolução ANEEL 674/15.

g) Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade.

h) Provisão por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Cooperativa analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, a Cooperativa estima o valor recuperável do ativo. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a Cooperativa reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

i) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

j) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são ajustados a valor presente, quando aplicável, utilizando-se taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

k) Provisão para Contingências

Os Passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Levaem conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

l) Receitas e Despesas

A Cooperativa segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

m) Tributação do Resultado

A tributação dos ganhos e resultados foi calculada tomando como base as operações com não associados nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro real, pago mensalmente na modalidade lucro por estimativa, com suspensão ou redução.

A base de cálculo para incidência do imposto de renda e da contribuição social para pagamento mensal considera o faturamento em operações com não associados, a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

n) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Cooperativa estão classificados em passivos financeiros não mensurados a valor justo e ativos financeiros classificados como destinados à negociação, e são ajustados ao seu valor de mercado em contrapartida ao resultado. Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento ou recebíveis são contabilizados ao custo amortizado acrescido dos rendimentos ou ajustado ao valor provável de realização, quando este for menor. Os passivos financeiros não mensurados a valor justo são avaliados ao custo amortizado, acrescido dos encargos financeiros calculados *pro-rata temporis*.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Cooperativa são: Caixa e Equivalentes de Caixa, Consumidores e Outros Ativos Circulantes.

O principal passivo financeiro reconhecido pela Cooperativa é “fornecedores”.

5. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e Equivalentes de caixa	2020	2019
Caixas e depósitos bancários	57.573	223.844
Aplicações financeiras de liquidez imediata	771.381	649.434
	828.954	873.278

As aplicações financeiras correspondem a CDB (Certificados de Depósitos Bancários) com remuneração vinculada ao CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários) em 2020 e 2019, respectivamente, aplicados os recursos em instituições financeiras de primeira linha, com risco de perda mínima.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de perda de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. Contas a receber consumidores e outros

a) Contas a receber por vencimento

Descrição	2020				2019			
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Total	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Total
Setor privado								
Residencial	114.012	23.301	1.245	138.558	101.320	30.611	1.732	133.662
Industrial	358.196	250.428	5.697	614.321	277.028	349.815	5.697	632.540
Comercial	7.342	2.280	0	9.622	6.721	4.701	0	11.422
Rural	32.714	3.274	121	36.109	29.254	4.757	54	34.065
	512.264	279.283	7.063	798.610	414.323	389.884	7.483	811.689
Poder público	0	0	0	0	0	0	0	0
Iluminação pública	0	0	0	0	5.246	0	0	5.246
Serviço público	0	0	0	0	0	0	0	0
Participação financeira	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros valores a receber	0	0	0	0	0	0	0	0
				0	5.246	0	0	5.246
	512.264	279.283	7.063	798.610	419.569	389.884	7.483	816.935

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2020	2019
Saldo Inicial	6.286	7.483
Complemento de Provisão	84.683	95.889
Reversão de Provisão	(83.486)	(96.375)
Saldo Final	7.483	6.997

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do manual de contabilidade do setor elétrico da ANEEL, e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Cooperativa entendeu ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

7. Investimentos

	2020	2019
Cersad Geradora	1.967	1.967
Sicob/SC Credipérola	1.312	1.231
Viacred - Coop. Crédito Vale do Itajai	3.477	2.697
	6.756	5.895

8. Intangível

a) Composição de saldo

	2020	2019
Em Serviço	111.777	112.076
Em Curso	-	-
Transferências	-	-
	111.777	112.076
(-) Amortização	(109.643)	(105.367)
	2.134	6.709

9. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores de Materiais	63	17
Fornecedores de Serviços	5	5
Total	67	22

10. Folha de Pagamento

Folha de Pagamento	2020	2019
Diretores	5	5
Salários	23	18
Encargos	9	6
	39	29
Provisões Trabalhistas		
Férias	39	29
Encargos sociais sobre férias	14	10
	52	39
Total	91	67

11. Outras Contas a Pagar

Composição de Outras Contas a Pagar em 31 de Dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Encargos Setoriais	137	91
CDE	38	0
TFSEE	1	0
Bandeiras Tarifárias	98	91
Outras Contas a Pagar	44	27
Sobras a Distribuir	2	0
Consumidores/Convênios	41	26
Outros Credores	1	1
Não Circulante	1	1
Obrigações Vinculadas a Permissão	1	1

12. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados.

De acordo com a legislação cooperativista, a conta capital social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do associado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do associado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor integralizado, correspondendo à participação 978 (novecentos e setenta e oito) associada em 31 de dezembro 2020 e de 952 (novecentos e cinquenta e dois) associados em 31 de dezembro 2019.

b. Natureza e Finalidade das Reservas

Fundo de Reserva: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembléia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado total das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como dos colaboradores da cooperativa.

c. Sobras a Disposição da Assembléia Geral Ordinária

As sobras após a constituição e realização das reservas, ficam à disposição da AGO para deliberação quanto a sua destinação.

	2020	2019
Resultado Líquido do Exercício	360	1.073
Sobra/Perda Líquida do Exercício	323	979
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	37	94
Destinações Legais e Estatutárias	85	241
<u>FATES - Legal</u>		
* 100% do Lucro Líquido (Art 87 da Lei 5764/71)	37	94
<u>FATES - Estatutário</u>		
* 5% das Sobras Líquidas (Inciso II do Art. 39º)	16	49
<u>Reserva Legal</u>		
* 10% das Sobras Líquidas (Inciso I do Art. 39º)	32	98
Utilização/Realização das Reservas	32	35
(+) Utilização de Reservas (FATES)	25	28
(+) Realização da Reserva de Reavaliação	7	7
(=) Sobras Líquidas a Disposição da AGO	306	868

13. Receita Operacional

As receitas foram auferidas na distribuição de energia elétrica aos cooperados e consumidores, recebimentos de Subvenções e Subsídios da CDE através da CCEE além de receita de prestação de serviços a cooperados e consumidores.

	2020	2019
Receita operacional		
Fornecimento de Energia Elétrica	5.092	5.333
Subvenções e Subsídios Recebidos	707	701
Outras Receitas Operacionais	104	62
Receita de Construção	195	7
Total	6.097	6.104

14. Receita Operacional Líquida

Receita Operacional Líquida (ROL) é o montante líquido efetivamente recebido pelas vendas de seus produtos. É a receita bruta menos os impostos incidentes sobre a venda, os descontos e eventuais abatimentos concedidos.

	2020	2019
(-) Deduções da Receita Operacional		
ICMS	(1.134)	(1.185)
PIS, COFINS, ISS	(74)	(98)
Encargos do Consumidor	(520)	(440)
Total	(1.727)	(1.724)
Receita Operacional Líquida	4.370	4.380

15. Energia Comprada para Revenda

Ano	Quantidade MWh	Valor
2020	9.416	2.595
2019	9.620	2.226

Refere-se à compra de energia elétrica da supridora CELESC, para distribuição aos cooperados e consumidores localizados na área de atuação da cooperativa.

16. Dispêndios Operacionais

	2020	2019
Despesas com Vendas	(1)	2
Provisão/(-) Reversão da Provisão - PCLD	(1)	2
Despesas Gerais e Administrativas	457	360
Pessoal e Administradores	173	155
Material	1	1
Serviços de Terceiros	212	130
Doações, Contribuições e Subvenções	38	40
Tributos	1	2
Depreciações	8	6
Gastos Diversos	25	28
Total	456	362

17. Receitas e Despesas Financeiras

	2020	2019
1 - Receitas Financeiras	134	152
Multa e Juros sobre faturas em atraso	121	138
Rendimento de aplicações financeiras	11	12
Descontos auferidos	1	2
Outras receitas financeiras	1	1
2 - (-) Despesas Financeiras	22	29
Juros e multa sobre obrigações em atraso	0	2
Serviços bancários	22	26
IOF	0	1
Outras despesas financeiras	0	0
(=) Resultado Financeiro Líquido (1-2)	111	123

18. Outras Receitas e Despesas

	2020	2019
Outras receitas	84	5
Ganhos na Desativação/Alienação de Bens	2	2
Sobras em Inventários	4	3
Outras Receitas	78	-
Outras despesas	(19)	(11)
(-) Perdas na Desativação de Bens	(12)	(8)
(-) Faltas em Inventários	(7)	(2)
Resultado	103	16

19. Tributação do Resultado do Exercício - Imposto de renda e contribuição social

No exercício de 2020 a cooperativa tributou seus resultados com base no Lucro Real, com pagamento mensal por estimativa. De acordo com esta modalidade de tributação o resultado fiscal tributável apurado foi positivo, conforme quadro a seguir:

	<u>Sócio</u>	<u>Não Sócio</u>	<u>Total</u>
<u>Base de Cálculo</u>			
Sobra Líquida do Exercício	323	49	372
(+) Ingressos Tributados	-	-	-
* Ingressos na Alienação de Bens	-	-	-
(+) Despesas Indedutíveis	-	-	-
*PCLD	-	-	-
*Reversão da Reserva de Reavaliação	-	1	1
(-) Exclusões	-	-	-
*Resultado Não Tributável	(323)	-	(323)
(=) Base de Cálculo	-	49	49
IRPJ			
Alíquota de 15%	-	7	7
Adicional de 10% sobre excedente a R\$ 20 mil/mês	-	-	-
IRPJ sobre Excedente	-	-	-
Soma	-	-	-
CSLL (9%)	-	4	4

20. Provisão para Contingências

A Cooperativa não possui contra si litígios trabalhistas, cíveis ou tributários classificados por seus assessores jurídicos como riscos prováveis e possíveis de perda, portanto em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, nenhuma provisão é requerida.

21. Instrumentos financeiros

Em atendimento a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários -CVM n° 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 3 8, 39, 40, e a Instrução CVM n° 475, de 17 de dezembro de 2008, a Cooperativa efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2020, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e Equivalentes de caixa - são classificados como destinados a negociação. O valor de mercado esta refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Consumidores - decorrem diretamente das operações da Cooperativa. São classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

22. Cobertura de seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os seguros contratados pela Companhia em garantia de suas obrigações com terceiros são:

Descrição	Categoria	Placa	Valor do Prêmio	Valor Danos Segurados		
				Materiais	Pessoais	Casco
TOYOTA Band 4x4 Diesel Ano: 1996	Carga	LXY 6145	642,06	100.000,00	130.000,00	0,00

23. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Cooperativa seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras, sendo que para fins regulatórios, a Cooperativa seguiu regulamentação regulatória, determinada pelo órgão Regulador apresentada no Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Ativo financeiro indenizável da concessão

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Cooperativa adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão a interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente a IFRIC 12) e a orientação OCPC - 05 - Contratos de Concessão. As concessionárias de distribuição de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo bifurcado.

Com base nesse modelo, a parcela do capital investido com a infraestrutura operada pela Cooperativa na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, que será amortizada baseada no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão é classificada como ativo intangível, e a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão é classificada como contas a receber de concessão. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo montava em R\$1.104.812,03 no ativo não circulante.

Considerando que para fins regulatórios deveria ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das redes de distribuição são registrados como ativo imobilizado e intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Adicionalmente, para fins regulatórios os ativos fixos e intangíveis foram reavaliados e a diferença entre os saldos residuais contábeis e os valores do laudo de avaliação da Base de remuneração regulatória (BRR) foi reconhecida na conta de "Ajuste de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio líquido.

b) Imobilizado, intangível e obrigações especiais vinculados a concessão

A diferença entre o Ativo Intangível e Imobilizado Societário e Regulatório e decorrente da aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente a IFRIC 12) e a orientação OCPC -05 - Contratos de Concessão no Societário, além da adoção do CPC47 sobre as obras de construção e melhoria da infraestrutura do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Balanço – Regulatório x Societário

	2020				2019			
	Regulatório	Reclassif	Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassif	Ajustes	Societário
Ativo								
Circulante	1.808			1.808	1.884			1.884
Caixa e equivalentes de caixa	829	-	-	829	873	-	-	873
Contas a receber de consumidores e outros	826	-	-	826	838	-	-	838
Serviços em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Estoques	43	-	-	43	38	-	-	38
Impostos e contribuições a recuperar	15	-	-	15	3	-	-	3
Valores a receber de parcela A e outros ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	103	-	-	103	140	-	-	140
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8)	-	-	(8)	(9)	-	-	(9)
Não circulante	2.859			2.859	2.505			2.505
Impostos e contribuições a recuperar	11	-	-	11	6	-	-	6
Valores a receber de parcela A e outros ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo financeiro - concessão do serviço público	-	-	1.105	1.105	-	-	1.105	1.105
Investimentos	7	-	-	7	6	-	-	6
Imobilizado	2.840	(1.105)	-	1.735	2.487	(1.105)	-	1.382
Intangível	2	-	-	2	7	-	-	7
				-				-
Total do ativo	4.667			4.667	4.389			4.389
Passivo								
Circulante	496			496	327			327
Fornecedores e supridores de energia elétrica	68	-	-	68	22	-	-	22
Salários e encargos sociais	90	-	-	90	64	-	-	64
Impostos e contribuições a recolher	159	-	-	159	124	-	-	124
Provisão para férias e encargos	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital a restituir	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores a devolver de parcela A e outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxas regulamentares	137	-	-	137	91	-	-	91
Outros passivos circulantes	44	-	-	44	27	-	-	27
Não circulante	1			1	1			1
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público	1	-	-	1	1	-	-	1
Provisão para contingências	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Passivo	497			497	328			328
Patrimônio líquido								
Capital social	1.138	-	-	1.138	1.156	-	-	1.156
Reserva de avaliação patrimonial	10	-	-	10	18	-	-	18
Reserva legal	1.384	-	-	1.384	1.352	-	-	1.352
Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES	697	-	-	697	668	-	-	668
Reserva de desenvolvimento	635	-	-	635	-	-	-	-
Reserva de equalização	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobras regulatórias	306	-	-	306	868	-	-	868
Total do patrimônio líquido	4.170			4.170	4.062			4.062
Total do passivo e patrimônio líquido	4.667			4.667	4.389			4.389

Demonstração do Resultado – Regulatório x Societário

	2020				2019			
	Regulatório	Reclass	Ajustes	Societário	Regulatório	Reclass	Ajustes	Societário
Ingresso operacional bruto	5.839	0	0	5.645	6.038	0	0	6.031
Fornecimento de energia elétrica	5.091	-	-	5.091	5.333	-	-	5.333
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	39	-	-	39	-	-	-	-
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços cobráveis	2	-	-	2	4	-	-	4
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço con	707	-	-	707	701	-	-	701
Receita de Construção	-	(195)	-	(195)	-	(7)	-	(7)
Tributos	(1.205)	-	-	(1.205)	(1.281)	-	-	(1.281)
ICMS	(1.133)	-	-	(1.133)	(1.185)	-	-	(1.185)
PIS-PASEP	(13)	-	-	(13)	(17)	-	-	(17)
Cofins	(59)	-	-	(59)	(79)	-	-	(79)
Encargos - Parcela "A"	(519)	-	-	(519)	(441)	-	-	(441)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(496)	-	-	(496)	(305)	-	-	(305)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(10)	(1)	-	(11)	(9)	-	-	(9)
Outros encargos	(13)	-	1	(12)	(127)	-	-	(127)
Ingresso operacional líquido	4.115	-	-	3.921	4.316	-	-	4.309
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(2.595)	-	-	(2.401)	(2.226)	-	-	(2.219)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.595)	-	195	(2.401)	(2.226)	-	7	(2.219)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	1.520	-	-	1.520	2.090	-	-	2.090
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(1.260)	-	-	(1.260)	(1.111)	-	-	(1.111)
Pessoal e administradores	(706)	-	-	(706)	(650)	-	-	(650)
Material	(93)	-	-	(93)	(50)	-	-	(50)
Serviços de terceiros	(373)	-	-	(373)	(254)	-	-	(254)
Arrendamento e aluguéis	-	-	-	-	-	-	-	-
Seguros	(1)	-	-	(1)	(1)	-	-	(1)
Doações, contribuições e subvenções	(38)	-	-	(38)	(39)	-	-	(39)
Provisões	1	-	-	1	(2)	-	-	(2)
(-) Recuperação de despesas	1	-	-	1	(1)	-	-	(1)
Tributos	(2)	-	-	(2)	(2)	-	-	(2)
Depreciação e amortização	(144)	-	-	(144)	(128)	-	-	(128)
Gastos diversos	(31)	-	-	(31)	(40)	-	-	(40)
Outras ingressos operacionais	144	-	-	144	68	-	-	68
Outras dispêndios operacionais	(19)	-	-	(19)	(11)	-	-	(11)
Sobra da atividade	260	-	-	260	979	-	-	979
Resultado financeiro	112	-	-	112	124	-	-	124
Dispêndios financeiros	(22)	-	-	(22)	(28)	-	-	(28)
Ingressos financeiras	134	-	-	134	152	-	-	152
Sobra antes dos tributos	372	-	-	372	1.103	-	-	1.103
Imposto de renda e Contribuição social	(12)	-	-	(12)	(30)	-	-	(30)
Sobra líquida do exercício	360	-	-	360	1.073	-	-	1.073

Parecer do Conselho Fiscal Societário



COOP. DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SALTO DONNER

Rua da Glória, 130 – Sala 2 - Salto Donner – DOUTOR PEDRINHO/SC

CNPJ: 11.615.872/0001-80 – Ins. Est.: 256.044.759

E-mail: atendimento@cersad.com.br

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ata da reunião do Conselho Fiscal, realizada em 31 de março de 2021, com parecer do Balanço Patrimonial de 2020:

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, às 15:00h (quinze horas), na sede da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica Salto Donner, estiveram reunidos os membros do Conselho Fiscal, para examinar e apreciar o Balanço Patrimonial, Contas de Resultado, Demonstrativos Estatísticos e demais documentos e contas relacionadas com o exercício de 2020, bem como o Relatório da Diretoria. Depois de procedido o exame detalhado das contas e demonstrativos referentes ao exercício de 2020, resolveram emitir o seguinte parecer: Em cumprimento às determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, declaramos que procedemos um detalhado exame do Balanço Patrimonial, Contas de Resultado, Contabilidade, Estado de Caixa, Conciliação Bancária e demais documentos relativos ao exercício de 2020, bem como o Relatório da Diretoria. Com base nas reuniões regulamentares de nossa gestão, durante as quais tomamos conhecimento de todos os negócios da Cooperativa, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem, conforme o que determina o Estatuto Social, e em vista da realização da Assembleia Geral Ordinária, marcada para o dia 31 de março de 2021, cujo Edital de Convocação vem tendo a divulgação dentro do prazo previsto no Estatuto, estamos desta feita emitindo PARECER FAVORÁVEL, no sentido de que seja aprovado pela AGO. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual eu Secretário Maicon Draeger, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, é assinada pelos Senhores membros do Conselho Fiscal presentes.

Doutor Pedrinho/SC, 31 de março de 2021.


MAICON DRAEGER
Secretário


MAICON DRAEGER
Fiscal Efetivo


MARIO BORCHARDT
Fiscal Efetivo


ROGÉRIO VICENTE DEMARCHI
Fiscal Efetivo

Parecer dos Auditores Independentes



55 47 3035-2668
Rua Guarani, 63
Garcia - 89.021-110
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Cooperados, Conselheiros e Administradores da
Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica Salto Donner
Doutor Pedrinho - SC

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da **Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica Salto Donner**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica Salto Donner** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada **"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras"**. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



55 47 3035-2668
Rua Guarani, 63
Garcia - 89.021-110
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 31 de março de 2021.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7



Bradley Ricardo Moretti

Contador CRC SC-023618/O-6

Atas



COOP. DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SALTO DONNER

Rua da Glória, 130 – Sala 2 - Salto Donner – DOUTOR PEDRINHO/SC

CNPJ: 11.615.872/0001-80 – Ins. Est.: 256.044.759

E-mail: atendimento@cersad.com.br

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária

O Presidente da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SALTO DONNER**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os senhores cooperados para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária** a realizar-se presencialmente no dia **31 de março de 2021**, nas dependências da **Sociedade Esportiva e Recreativa Salto Donner**, situada na Rua da Glória, 196 – Salto Donner – Doutor Pedrinho/SC, às **16h00min, em primeira convocação**, com a presença de 2/3 de seus cooperados, às **17h00min, em segunda convocação**, com a presença de metade mais 01 (um) de seus cooperados, ou às **18h00min, em terceira e última convocação**, com a presença de no mínimo 10 (dez) cooperados, para decidirem sobre as seguintes matérias:

Ordem do Dia:

- 1.** Prestação de Contas da Diretoria, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, compreendendo a apresentação das seguintes peças:
 - 1.1 Relatório da Gestão;
 - 1.2 Demonstrações Contábeis;
 - 1.3 Plano de Atividades da Cooperativa para o exercício seguinte;
 - 1.4 Parecer do Conselho Fiscal;
 - 1.5 Parecer da Auditoria Independente;
- 2.** Destinação das sobras ou perdas apuradas no exercício;
- 3.** Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e do valor das cédulas de presença para os membros do Conselho Fiscal;
- 4.** Investimentos novo ponto de Conexão (Subestação);
- 5.** Eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal (mandato: A.G.O./2021 à A.G.O./2022).

Edital de Convocação

Assembléia Geral Ordinária

Observações:

1. Para efeito de verificação de "quórum", a Cooperativa conta com 987 (novecentos e oitenta e sete) cooperados na data da expedição da presente convocação;
2. A inscrição das chapas, com os nomes dos candidatos para a eleição aos cargos de Conselheiros Fiscais, deverá ocorrer até às 17h00min do dia 24 de março de 2021 na sede da Cooperativa (§ 2º da cláusula 24 do Estatuto Social), devendo ser observadas as exigências da Resolução nº 31 do CNC.
3. Optou-se em realizar a presente Assembléia Geral no local supramencionado, fora das dependências da Cooperativa, buscando a melhor acomodação dos cooperados.
4. Para exercer seus direitos na assembléia, o cooperado deve estar rigorosamente em dia com suas obrigações perante a cooperativa. Deverá ainda apresentar documento oficial com foto ou ainda em caso de representante de pessoa jurídica, apresentar documentação que comprove o direito de representação.
5. Considerando a Pandemia pelo COVID-19 em curso, serão adotadas medidas de proteção sanitária, bem como serão cumpridas as determinações previstas na Portaria SES (SC) nº 1.025, de 30/12/2020 (ou norma que vier a substituí-la), bem como as demais normas vigentes, sendo especialmente obrigatório, no local, o uso contínuo de máscara, a manutenção do distanciamento social de 1,5m (nível gravíssimo 2m) e a não ocorrência de aglomerações durante todo o evento.

Doutor Pedrinho/SC, 15 de março de 2021.

Claudio André Roeder
Presidente